

RELATÓRIO DE REDISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

Apresentado aos autos do processo Recuperação Judicial n.º **0022901-40.2020.8.16.0001**, em trâmite perante a 11ª Vara Cível e Empresarial Regional, da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, ajuizada por **Comércio de Tripas - Os Tripeiros Ltda.**



ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE REDISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL - PORTARIA 18/2025	3
II. RELATÓRIO DETALHADO DE ANDAMENTOS PROCESSUAIS - ART. 3º DA RECOMENDAÇÃO Nº 72/2020 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	4
III. RELAÇÃO DE AÇÕES EM QUE A DEVEDORA É PARTE.....	11



I. RELATÓRIO DE REDISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL - PORTARIA 18/2025

Fase	Movimento em que se encontra
1.1. Pedido (arts. 48 e 51)	Seq. 1 (inicial) seq. 27 (emenda à inicial) seq. 33 (emenda à inicial) seq. 34 (emenda à inicial) seq. 35 (emenda à inicial) seq. 36 (emenda à inicial) seq. 41 (emenda à inicial)
1.2. Constatação prévia (art. 51-A)	Seq. 66
1.3. Decisão de processamento (art. 52)	Seq. 114
1.4. Publicação do 1º edital (art. 52, § 1º)	Seq. 152
2.1. Habilitações de crédito ou divergências – 15 dias (art. 7º, § 1º e art. 52, § 1º)	Fase administrativa realizada entre 28/06/2023 e 12/07/2023
2.2.1. Relação credores – Lista do AJ (art. 7º, § 2º)	Restou prejudicada em razão da ausência de envio, por parte da Devedora, de documentação hábil à verificação do crédito – seq. 168
2.2. Apresentação do plano (art. 53)	Seq. 176
2.3. Relatório da AJ a respeito do PRJ (art. 22, II, h)	Seq. 190, item II



II. RELATÓRIO DETALHADO DE ANDAMENTOS PROCESSUAIS - ART. 3º DA RECOMENDAÇÃO Nº 72/2020 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

seq. da petição	Data da petição	Peticionante/Juízo	Conteúdo	A matéria foi decidida?
1	30/09/2020	Comércio de Tripas - Os Tripeiros Ltda.	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial perante o Juízo Cível da Comarca de Curitiba/PR.	Sim, à seq. 114.
11	16/10/2020	Juízo da 8ª Vara Cível de Curitiba/PR	Declarada a incompetência do Juízo Cível e remetidos os autos às Varas de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Curitiba/PR.	-
22 30 38	27/10/2020 23/02/2021 29/04/2021	Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR	Determinada a emenda à petição inicial, a fim de atender às exigências do art. 51 da Lei nº 11.101/2005, como condição ao processamento da recuperação judicial.	-
27 33 34 35 36 41	18/02/2021 a 08/06/2021	Comércio de Tripas - Os Tripeiros Ltda.	Apresentadas Emendas à Petição Inicial.	Sim, à seq. 43.
43	14/06/2021	Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR	Indeferida a Petição Inicial, ante à ausência de comprovação de atividade pela Requerente.	-
50	09/07/2021	Comércio de Tripas - Os Tripeiros Ltda.	Comunicada a interposição de recurso contra a decisão de seq. 43, que indeferiu a petição inicial.	Sim, à seq. 52.



58	27/01/2022	Secretaria	Juntada de Acórdão oriundo do Recurso de Apelação n.º 0022901-40.2020.8.16.0001, interposto contra a decisão de seq. 43. O E. TJPR deu provimento ao recurso, em razão do cumprimento objetivo dos requisitos dos arts. 48 e 51 da LREF, determinando, assim, o processamento da recuperação judicial.	-
60	31/01/2022	Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR	Determinada a realização de constatação prévia.	-
66	22/02/2022	Paulo Vinicius de Barros Martins Junior (Perito)	Constatado que a Requerente não está em funcionamento no endereço declarado na petição inicial e prejudicadas as demais análises, ante a impossibilidade de acesso aos documentos necessários para tanto. No mais, informado que a contadora responsável pelos documentos contábeis que instruíram a inicial declarou que a Requerente teria transferido sua sede para o município de Cambé/PR.	Sim, à seq. 74.
72	11/03/2022	Comércio de Tripas - Os Tripeiros Ltda.	Comunicada a alteração da sede da Requerente para o seguinte endereço: Avenida Esperança, n. 5829, Parque Residencial Cambé, na cidade de Cambé – PR.	Sim, à seq. 74.
74	18/03/2022	Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR	Declinada a competência ao Juízo da Vara Cível da Comarca de Cambé/PR, com fulcro no art. 3º da LREF.	-
90	05/04/2022	Juízo da 2ª Vara Cível de Cambé/PR	Determinada a intimação da Autora para que apresente documentação atualizada prevista no rol do art. 51 da Lei de nº 11.101/2005, considerando as alterações da referida norma pela Lei de nº 14.112/2020, bem como o transcurso do tempo desde o ajuizamento da demanda.	-



100	03/08/2022	Comércio de Tripas - Os Tripeiros Ltda.	Apresentados balancetes referentes ao ano de 2021 e ao primeiro semestre de 2022, a fim de atender a determinação de seq. 90.	Sim, à seq. 102.
102	08/08/2022	Juízo da 2ª Vara Cível de Cambé/PR	Indeferida a petição inicial, sob o fundamento de que, embora oportunizada, de forma reiterada, limitou-se a autora a acostar aos autos balancetes referentes aos anos de 2021 e 2022 (mov. 100.2 e 100.3), deixando de cumprir os requisitos objetivos presentes no art. 48 e de reunir a documentação exigida pelo art. 51, ambos da Lei n. 11.101 /2005.	-
105	30/08/2022	Comércio de Tripas - Os Tripeiros Ltda.	Comunicada a interposição de recurso contra a decisão de seq. 43, que indeferiu a petição inicial.	Sim, à seq. 107.
109	08/03/2023	Secretaria	Juntada de Acórdão oriundo do Recurso de Apelação n.º 0012327-16.2022.8.16.0056, interposto contra a decisão de seq. 102. O E. TJPR deu provimento ao recurso, destacando-se que, com o retorno do feito à origem quando do julgamento da Apelação n.º 0022901-40.2020.8.16.0001, deveria o julgador singular ter determinado o prosseguimento do feito, diante do deferimento do processamento do pedido de recuperação pelo órgão colegiado, contudo, diante da determinação de realização de constatação (mov. 60.1/orig.) e do declínio de competência a juízo diverso (mov. 74.1/orig.), promoveu-se a reanálise do preenchimento dos requisitos exigidos para o processamento do pedido inicial, o que culminou em nova extinção da demanda sem resolução do mérito. Assim, determinado o retorno do feito à origem para processamento do pedido de recuperação judicial.	-
114	26/05/2023	Juízo da 2ª Vara Cível de Cambé/PR	Deferido o processamento da recuperação judicial. Nomeada a Auxilia Consultores Ltda. como administradora judicial.	-



143	07/06/2023	Comércio de Tripas - Os Tripeiros Ltda.	Apresentada relação de credores atualizada.	-
145	13/03/2023	Auxilia Consultores Ltda.	Aceite da Administradora Judicial nomeada.	-
152.2	26/06/2023	Certidão	Certificada a veiculação no DJ-e do edital a que se refere o art. 52, § 1º, LREF.	-
160	20/07/2023	Auxilia Consultores Ltda.	<p>Informado pela Administração Judicial que, após reunião virtual com a sócia da Devedora realizada em 27/06/2023, solicitou, via e-mail e aplicativo de mensagens, documentos necessários à elaboração dos Relatórios Mensais de Atividades e à Verificação Administrativa de Créditos, sem obter qualquer retorno.</p> <p>Diante da ausência de resposta e da incomunicabilidade da sócia, requereu a intimação da Devedora para apresentar: (i) balancetes mensais individualizados (ago/2020 a jun/2023); (ii) balanço completo de 2022 e SPED fiscal (2020-2022); (iii) extratos bancários do período; e (iv) questionário padrão preenchido.</p> <p>Destacado que a falta de colaboração prejudica a função fiscalizatória da Administração e impede a verificação quanto ao real estabelecimento principal da Devedora, sugerindo-se possível descumprimento do art. 3º da LREF.</p>	Sim, à seq. 173.
168	10/08/2023	Auxilia Consultores Ltda.	Informado que, passados mais de dois meses do deferimento do processamento, a Administração Judicial segue sem acesso a qualquer documentação da Devedora, o que tem inviabilizado a fiscalização das atividades e a verificação administrativa de créditos. Reiterado que, além da ausência de resposta aos e-mails e tentativas de contato, há confusão quanto à efetiva condução do caso pelos patronos da empresa, o que agrava o cenário de desorganização. Requerido, novamente, que a Devedora seja intimada a apresentar a documentação necessária à elaboração dos Relatórios Mensais de Atividades (incluindo balancetes, extratos bancários, SPED e questionário atualizado), bem como os documentos específicos para a verificação de créditos, como comprovantes da origem	Sim, à seq. 173.



		das dívidas e balancete da data do pedido. Destacado o compromisso da Administração em seguir diligenciando, mas ressaltada a urgência na regularização documental para viabilizar o prosseguimento adequado do processo.	
171	15/08/2023	Comércio de Tripas - Os Tripeiros Ltda.	Sim, à seq. 173.
173	18/08/2023	Juízo da 2ª Vara Cível de Cambé/PR	-
176	04/09/2023	Comércio de Tripas - Os Tripeiros Ltda.	-



182	15/09/2023	Comércio de Tripas - Os Tripeiros Ltda.	Informado que o procurador da Devedora e sua equipe estão envidando esforços para atender às determinações judiciais, mas que, diante da complexidade e das dificuldades para levantamento documental dos períodos determinados no despacho de mov. 173.1, requerida a dilação de prazo por mais 10 (dez) dias, com fundamento no art. 139, VI, do CPC, para apresentação dos balancetes, balanços e respostas ao questionário (mov. 161.3).	Sim, à seq. 182.
184	27/11/2023	Juízo da 2ª Vara Cível de Cambé/PR	Deferida a dilação pleiteada à seq. 182.	-
190 192	02/02/2024 09/02/2024	Auxilia Consultores Ltda.	<p>À seq. 190 informou-se que, após deferimento do processamento da recuperação judicial, persistem obstáculos substanciais à fiscalização, em razão da ausência de documentos contábeis, da comunicação precária com a Devedora e da inexistência de atividade formal. Relatado que a única reunião realizada revelou operação informal por meio da sócia, com vendas diretas, ausência de emissão de notas fiscais, inexistência de movimentação bancária em nome da Devedora e inexistência de escrituração contábil, contrariando o art. 178 da LREF. Destacado que o estabelecimento em Cambé/PR permanece fechado, sem estoque relevante ou estrutura funcional mínima, havendo produtos vencidos no local, o que reforça a ausência de atividade empresarial real e levanta dúvidas sobre a competência territorial do juízo. Registrado que o plano de recuperação foi apresentado de forma intempestiva e incompleta, descumprindo os arts. 53 e 54 da LREF. Requerida, portanto, a extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC, em razão da perda superveniente do interesse processual, com prévia oitiva da Devedora, conforme os arts. 9º e 10 do CPC.</p> <p>À seq. 192, em complementação, requerida a juntada de documento emitido junto ao Portal de Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná, que comprova o</p>	-



		cancelamento da inscrição estadual da sociedade empresária desde 12/2021, reforçando a inexistência de atividade econômica, o que conduz à extinção do feito pela perda superveniente de objeto.	
197	22/04/2024	Oficial de Justiça	-
210	19/07/2024	Auxilia Consultores	Pende análise pelo d. Juízo.
216	18/09/2024	Ministério Público	Pende análise pelo d. Juízo.



		eventual prática dos crimes previstos nos arts. 171 e 178 da LREF, diante da possível indução a erro e omissão de documentos contábeis obrigatórios por parte das sócias da Devedora.	
226	09/12/2024	Distribuidor	Feito redistribuído para a 11ª Vara Cível e Empresarial de Londrina/PR.
229	11/12/2024	Juízo da 11ª Vara Cível e Empresarial de Londrina/PR.	Suscitado conflito de competência Recurso: 0130000-33.2024.8.16.0000

III. RELAÇÃO DE AÇÕES EM QUE A DEVEDORA É PARTE

Esta relação foi elaborada com base em informações obtidas através de consultas públicas realizadas nos sistemas Projudi, Eproc JFPR e TRT-9. Ressaltamos que as consultas consideraram apenas processos disponíveis ao público, de forma que eventuais processos que tramitam sob sigredo de justiça ou que possuem restrições de acesso não foram incluídos neste levantamento. Desta forma, nossa análise está limitada às informações acessíveis nesses sistemas, e as restrições impostas por sigilo processual ou outros mecanismos de confidencialidade podem impactar a completude dos dados apresentados.



Classe processual Número dos autos	Partes	Juízo	Status
Monitória – 0006389-80.2020.8.16.0033	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. X COMÉRCIO DE TRIPAS OS TRIPEIROS	Vara Cível de Pinhais	Ré citada por meio de edital, com nomeação de advogado dativo para sua representação processual.
Procedimento Comum Cível – 0006452-08.2020.8.16.0033	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. X COMÉRCIO DE TRIPAS OS TRIPEIROS	Vara Cível de Pinhais	Ação julgada procedente. A Devedora foi citada por edital e representada por advogado dativo, tendo sido condenada ao pagamento do débito objeto da demanda, com custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação.
Procedimento Comum Cível – 0006985-64.2020.8.16.0033	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. X COMÉRCIO DE TRIPAS OS TRIPEIROS	Vara Cível de Pinhais	Deferido o requerimento de citação por edital da Ré, diante da frustração de tentativas de localização por meio dos sistemas SISBAJUD, RENAJUD, SIEL, INFOSEG e INFOJUD. Determinada a nomeação de curador especial e sua intimação para apresentação de defesa no prazo legal.
Execução Fiscal – 0005845-24.2020.8.16.0185	ESTADO DO PARANÁ X COMÉRCIO DE TRIPAS OS TRIPEIROS	2ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais de Curitiba	Ação em fase de cumprimento de medidas de constrição patrimonial. Após bloqueio de valores via SISBAJUD, foi determinada a conversão da indisponibilidade em penhora, nos termos do art. 854, §5º do CPC, bem como determinada a intimação da Devedora para, querendo, apresentar embargos à execução fiscal no prazo de 30 dias, condicionados à garantia integral do juízo.
Cumprimento de Sentença – 0011487-46.2020.8.16.0033	COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO DE LIVRE ADMISSAO INTEGRACAO - SICREDI INTEGRACAO PR/SC X COMÉRCIO DE TRIPAS OS TRIPEIROS	Vara Cível de Pinhais	Requerida a suspensão da ação pela parte exequente. Fundamenta-se o requerimento na pendência de apuração, na recuperação judicial da Devedora (autos nº 0022901-40.2020.8.16.0001), quanto à possível prática de crime de indução a erro e omissão de documentos contábeis, bem como eventual extinção do processo recuperacional por perda superveniente de objeto.
Execução de Título Extrajudicial – 0000037-72.2021.8.16.0033	BANCO BRADESCO S/A X COMÉRCIO DE TRIPAS OS TRIPEIROS JOCELLA DE MELO MACHADO RENATA FERREIRA	Vara Cível de Pinhais	Ação em fase de cumprimento de medidas de constrição patrimonial.



Cumprimento de Sentença – 0001618-25.2021.8.16.0033	BANCO DO BRASIL S/A X COMÉRCIO DE TRIPAS OS TRIPEIROS JOCELLA DE MELO MACHADO	Vara Cível de Pinhais	Apresentada apelação pelo Banco do Brasil S/A contra a sentença que julgou procedente a ação monitória, constituiu título executivo judicial e condenou os réus, mas alterou os parâmetros contratuais para cálculo do débito. O apelante requer a reforma da decisão para manter integralmente os encargos pactuados, alegando violação ao princípio do pacta sunt servanda. A apelação foi conhecida e, no mérito, desprovida. Aguarda-se trânsito em julgado.
Procedimento Comum Cível – 0001540-60.2023.8.16.0033	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. X COMÉRCIO DE TRIPAS OS TRIPEIROS	Vara Cível de Pinhais	Requerida a citação por edital da Devedora, após esgotadas as diligências de localização em todos os endereços disponíveis. Fundamento no art. 256 do CPC, com pedido de dispensa da publicação em jornal de grande circulação, requerendo-se apenas a publicação pelo cartório. Aguarda-se decisão quanto ao pedido.
Embargos à Execução – 0011504-43.2024.8.16.0033	COMÉRCIO DE TRIPAS OS TRIPEIROS X BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	Vara Cível de Pinhais	Embargos à execução extintos sem resolução do mérito, por inadequação da via eleita, uma vez que foram opostos em face de ação de conhecimento e não de execução. Reconhecido erro grosseiro na propositura, o Juízo indeferiu a petição inicial com base nos arts. 321, parágrafo único, e 485, I, do CPC. Custas processuais atribuídas à parte autora, com suspensão em razão da concessão da gratuidade da justiça.

Maringá/PR, 7 de maio de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.
Henrique Cavaleiro Ricci | OAB/PR 35.939

